



# Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44  
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2016

A Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, sociedade anônima de capital fechado, regida pelo seu Estatuto Social e pela Lei Federal nº 6.404/76 e alterações, criada pela Lei Estadual nº 7.394, de 08/07/1991, sucessora do Departamento de Edifícios e Obras Públicas - DOP, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp, em 25/10/1991, tem como principais acionistas o Governo do Estado de São Paulo e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp e, como missão, a **viabilização de empreendimentos do Governo do Estado para benefício da sociedade paulista**. Com sede própria na Vila Mariana, em São Paulo/SP, vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão, é uma empresa de economia mista de direito privado e financeiramente não-dependente do Governo do Estado de São Paulo, que presta **serviços de engenharia, arquitetura, gestão predial e territorial** aos diversos órgãos e entidades da Administração Estadual, Federal e Municipal, **primando por uma relação de respeito, confiança e credibilidade com clientes, colaboradores e cidadãos**. As suas atividades são desenvolvidas com **Eficiência**: atividades que geram resultado e confiança; **Agilidade**: atendimento das solicitações dos clientes com presteza; e, **Autenticidade**: relacionamento transparente com colaboradores, governo e sociedade, fundamentadas na Política da Qualidade da Companhia: *"Viabilizar empreendimentos públicos com qualidade em nível de excelência, visando à melhoria contínua de seus processos e o aperfeiçoamento de seus colaboradores com foco na satisfação de seus clientes e partes interessadas."* É importante destacar que a CPOS manteve em 2016 a Certificação NBR ISO 9001:2008, conquistada em 2014 por meio do organismo de certificação, a empresa TÜV Rheinland do Brasil Ltda., com validade até 13 de outubro de 2017, atuando na elaboração e gerenciamento de projetos de arquitetura e engenharia, boletim referencial de custos e orçamentos de obras de construção civil, gerenciamento e fiscalização de obras públicas de construção civil, avaliação de imóveis urbanos e rurais, de propriedade ou de interesse do Estado, gestão territorial de áreas públicas ou áreas de interesse de Órgãos Públicos, gestão predial e condomínios públicos e fiscalização de convênios de obras e serviços públicos. Além desses serviços certificados, a CPOS atua, ainda, nos serviços de licenciamento ambiental e apoio técnico a licitações.

**Principais Realizações**  
A CPOS, em 2016, assinou 53 contratos de prestação de serviços, que somam em torno de R\$22,5 milhões, com destaque aos seguintes clientes, empreendimentos e serviços: **Secretaria Estadual de Justiça e Defesa da Cidadania** - gerenciamento das obras de diversos fóruns nos municípios: Osasco, Jau, Peruibe, São Joaquim da Barra, Brás Cubas, Potirêndaba; **Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social** - vistorias e acompanhamento de convênios firmados entre a Secretaria, Municípios e entidades Paulistas; **Secretaria Estadual de Administração Penitenciária** - gerenciamento de obras de construção de Penitenciária Feminina de Guariba/SP; **Polícia Militar do Estado de São Paulo - CIAP** - gerenciamento de Hangar em Presidente Prudente, da Sede do 3º BPM de Atibaia, da Sede do 23º BPM de Lorena, da Sede da 3ª Comp. PM do 25º BPM em Osvaldo Cruz e da Sede da 2ª Cia PM do 43º BPM de Jaboticabal; **Delegacia Seccional de Araçatuba** - gerenciamento da reforma do prédio a CPJ - Central de Polícia Judiciária de Araçatuba; **Delegacia Seccional de Santos** - projetos de reforma do Palácio da Polícia de Santos; **Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU)** - projetos para construção do novo terminal metropolitano de Jandira e prestação de serviços de gestão predial para empresas designadas pela EMTU; **Secretaria Estadual de Habitação** - gestão predial do Cidade IV e laudos de avaliação patrimonial; **Secretaria Estadual de Segurança Pública - SJRP** - gerenciamento da reforma e adequação do prédio D.I.G. de São José do Rio Preto; **Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP)** - projeto para reforma no espaço que será ocupado pela Prodesp no 7º andar do edifício sede do DER em São Paulo, elaboração de diagnóstico fundiário e levantamentos cadastrais na área da sede da PRODESP localizada no município de Taboão da Serra/SP, vistorias técnicas visando diagnósticos nos sistemas de climatização dos postos Poupatempo e laudos de avaliação patrimonial; **Secretaria Estadual de Saúde** - elaboração de projetos para reforma e ampliação do Hospital de Trauma em São Paulo e assessoria técnica em apoio logístico e operacional visando atender a implantação dos Hospitais da Parceria Pública Privada (PPP) dos complexos Hospitalares da Secretaria da Saúde e laudos de avaliação patrimonial; **Secretaria Estadual de Governo** - elaboração de projeto para reconstrução das coberturas e paredes dos galpões 8 e 9 do complexo Tecelagem Parahyba em

São José dos Campos; **Superintendência da Polícia Técnica Científica** - elaboração de projeto executivo dos edifícios da EPC e EPML do município de Bragança Paulista; **Secretaria Estadual de Turismo** - vistorias de engenharia, análise da documentação técnica, administrativa e contábil, relacionadas a formalização, acompanhamento e prestação de contas dos convênios celebrados pela Secretaria de Turismo; **Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (AGEMVALE); Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP); 49º Batalhão de Polícia Militar do Interior; Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COESP); Comando de Policiamento de Trânsito (CPTRAN); Desenvolvimento Rodoviário S/A (DERSA); Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (EMAE); Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA); Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE); Divisão Regional de Administração do Litoral - DRAI; Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SPPREV); Secretaria Estadual de Transportes Metropolitanos e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE)** - elaboração de laudos técnicos de avaliação de valor de mercado para locação e venda de imóveis. Os contratos de prestação de serviços mencionados, acrescidos àqueles já firmados em anos anteriores e ainda em execução, geraram receita de prestação de serviços no montante de R\$46 milhões, faturados de janeiro a dezembro de 2016. Em 2016 foram elaboradas propostas para aproximadamente 198 empreendimentos, no valor total de R\$107 milhões, com percentual de realização em torno de 20%. Corroborando com o cenário recessivo, o prejuízo da CPOS no patamar de R\$12 milhões, refletiu a retração de suas atividades de prestação de serviços de engenharia, arquitetura, gestão predial e territorial aos diversos órgãos e entidades da Administração Estadual, Federal e Municipal. Neste cenário de incertezas econômicas e financeiras, os administradores reiteram seu compromisso com o Governo do Estado de São Paulo, enviando esforços para a diminuição dos gastos, a maximização dos recursos e a manutenção dos clientes, já consagrados, assim como para a conquista de novos, com a perspectiva de novos negócios, além de contar com a dedicação e a competência de seus colaboradores, engajados em viabilizar as necessidades da sociedade paulista.

### A administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)							
Ativo	NE	2016	2015	Passivo e Patrimônio Líquido	NE	2016	2015
<b>Circulante</b>		<b>67.058</b>	<b>79.567</b>	<b>Circulante</b>		<b>29.302</b>	<b>25.359</b>
Caixa e bancos		2.580	5.653	Fornecedores		6.353	3.698
Aplicações financeiras	3b	31.666	30.219	Cauções e retenções contratuais	14	5	1.499
Clientes		8.617	7.438	Encargos sociais		812	1.064
Serviços em andamento	4	4.645	3.333	Provisão para férias		3.217	3.988
Créditos a receber	5	74	15.919	Obrigações tributárias		2.021	1.617
Outros créditos	6	6.248	5.340	Contas a pagar		3.227	2.231
Estoques		218	128	Provisão para contingências	15	963	0
Despesas antecipadas		334	322	Contas correntes		28	47
Gestão predial	7	12.676	11.215	Gestão predial	7	12.676	11.215
<b>Não-circulante</b>		<b>52.777</b>	<b>50.608</b>	<b>Não-circulante</b>		<b>13.457</b>	<b>15.818</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>30.416</b>	<b>29.191</b>	<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>13.457</b>	<b>15.818</b>
Outros créditos	8	4.459	4.569	Provisão para contingências	15	7.638	10.053
Clientes	3c e 9	14.478	13.510	Obrigações a pagar	3c	5.716	5.662
(-) Provisão para perdas	9	-5.498	-5.498	Contas correntes		103	103
Pagamentos por conta de contratos	3c	149	149	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>77.076</b>	<b>88.998</b>
Depósitos judiciais		1.075	708	Capital social	17	88.645	88.645
Imóveis destinados a venda	10	15.753	15.753	Reservas de capital	18	11.638	11.638
<b>Investimento</b>	<b>11</b>	<b>6.915</b>	<b>6.915</b>	Ajuste de avaliação patrimonial	19	10.024	10.080
Propriedade para investimento		1.987	1.987	Prejuízos acumulados	19	-33.231	-21.365
Outros investimentos		4.928	4.928				
<b>Imobilizado</b>	<b>3d e 12</b>	<b>15.037</b>	<b>13.999</b>				
Intangível	13	409	503				
<b>Total</b>		<b>119.835</b>	<b>130.175</b>	<b>Total</b>		<b>119.835</b>	<b>130.175</b>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>88.645</b>	<b>11.376</b>	<b>26.490</b>	<b>-44.609</b>	<b>81.902</b>
Ajuste ao valor de venda de ativo		262			262
Baixa pela venda - propriedades para investimento			-16.355		-16.355
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			-55	55	0
Lucro líquido do exercício				23.189	23.189
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>88.645</b>	<b>11.638</b>	<b>10.080</b>	<b>-21.365</b>	<b>88.998</b>
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			-56	56	0
Prejuízo do exercício				-11.922	-11.922
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>88.645</b>	<b>11.638</b>	<b>10.024</b>	<b>-33.231</b>	<b>77.076</b>
	(NE 17)	(NE 18)	(NE 19)	(NE 3a e 19)	

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Demonstração do Resultado Abrangente
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>88.645</b>	<b>11.376</b>	<b>-44.609</b>	<b>26.490</b>	<b>81.902</b>	-
Ajuste ao valor de venda de ativo		262			262	
<b>Transação de Capital com os Sócios</b>		<b>262</b>			<b>262</b>	
Baixa pela venda - propriedades para investimento				-16.355	-16.355	-16.355
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			55	-55		
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>			<b>55</b>	<b>-16.410</b>	<b>-16.355</b>	<b>-16.355</b>
Lucro líquido do exercício			23.189		23.189	23.189
<b>Resultado Abrangente do Período</b>						<b>6.834</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>88.645</b>	<b>11.638</b>	<b>-21.365</b>	<b>10.080</b>	<b>88.998</b>	-
Transferência depreciação - Ajuste de avaliação do imobilizado			56	-56		
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>			<b>56</b>	<b>-56</b>		
Prejuízo do exercício			-11.922		-11.922	-11.922
<b>Resultado Abrangente do Período</b>						<b>-11.922</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>88.645</b>	<b>11.638</b>	<b>-33.231</b>	<b>10.024</b>	<b>77.076</b>	-
	(NE 17)	(NE 18)	(NE 3a, 19)	(NE 3a e 19)		

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)

#### 1. Contexto Operacional

A Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, sociedade anônima de direito privado e de capital fechado, com sede na Rua Tangará nº 70 - Vila Mariana - São Paulo/SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 67.102.020/0001-44, tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - Jucesp sob o nº 35.300.132.343 em 25 de outubro de 1991. Empresa de economia mista parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão, constituída em 8 de outubro de 1991, em decorrência de sua lei de criação de nº 7.394, de 8 de julho de 1991, tem como objetivo principal administrar, planejar, projetar, construir, reformar, conservar e ampliar edifícios de propriedade do Estado de São Paulo. Seus principais clientes são Órgãos e Entidades do Governo do Estado de São Paulo e os principais fornecedores, empresas de prestação de serviços.

#### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, observadas as mudanças de práticas contábeis adotadas no Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais - NBC TG, emitidas pelo

Conselho Federal de Contabilidade, especialmente a NBC TG 26 (R4) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração da empresa para sua gestão, em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 07, divulgada em 11 de novembro de 2014. Em razão das características operacionais, não são aplicáveis Ajustes ao Valor Presente - NBC TG 12.

#### 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

##### a. Apuração do resultado

As receitas e despesas estão contabilizadas de acordo com o regime de competência para apuração do resultado líquido do exercício e, para a apuração do resultado abrangente total, foram reconhecidos os componentes de outros resultados abrangentes: Ajustes de avaliação patrimonial.

##### b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

##### c. Créditos a receber e obrigações a pagar

Os créditos a receber do grupo de Realizável a Longo Prazo, nas contas de "Clientes" e de "Pagamentos por conta de contratos" estão atualizados

com base na variação da UFESP até 31 de dezembro de 2000.

Da mesma forma, estão atualizados com base na variação da UFESP até 31 de dezembro de 2000 o valor a pagar de R\$ 1.420 mil, referente a ressarcimento de pessoal comissionado, contemplado na conta de "Obrigações a Pagar", do grupo de Exigível a Longo Prazo.

##### d. Imobilizado

Com exceção das contas de terrenos e edificações, cujos bens estão registrados pelo valor justo, em conformidade com a NBC TG 27 (R3) - Ativo Imobilizado, o imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxa que contempla a vida útil econômica dos bens descrita na Nota 12.

##### 4. Circulante - Serviços em Andamento

Esse grupo de contas contempla o montante de R\$ 2.568 mil a receber das entidades que ocupam os imóveis situados na Rua Boa Vista, nºs 170 e 176, Rua General Carneiro, nºs 245 e 255, Rua XV de Novembro, nºs 306, 324, 330 e 336 e Rua Boa Vista, nºs 175, 185 e 191, Centro, São Paulo/SP, que integram o Centro Integrado de Administração do Estado - C.I.D.A.D.E. I e II e o montante de R\$ 2.069 mil a receber das entidades que ocupam os imóveis situados na Rua Boa Vista, nºs 140, 150 e 162, Centro, São Paulo/SP, que integram o Centro Integrado de Administração



continua...



continuação



## Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS

CNPJ/MF 67.102.020/0001-44  
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)

do Estado - C.I.D.A.D.E. IV, em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica firmado pela CPOS com a Secretaria de Planejamento e Gestão, em 01/10/2012, que objetiva a prestação de serviços de gestão predial. Contempla, ainda, o montante de R\$ 8 mil a receber dos órgãos públicos que ocupam o Escritório do Governo do Estado de São Paulo em Brasília, localizado no Setor da Administração Federal, Sul, Bloco D da Quadra 2, Edifício Esplanada, Distrito Federal, em conformidade com o Termo de Contrato nº 01/2015 firmado pela CPOS com a Casa Civil, em 10/11/2015, que objetiva a prestação de serviços técnicos de administração predial do imóvel.

**5. Circulante - Créditos a Receber**  
A diminuição desse grupo de contas está relacionada à quitação das 6 (seis) últimas parcelas, no montante de R\$ 15.798 mil, referente à venda do imóvel da Dante Pazzanese, em 2015.

**6. Circulante - Outros Créditos**  
Esse grupo de contas contempla o montante de R\$ 5.245 mil relativo a impostos a recuperar junto à Receita Federal do Brasil.

**7. Circulante - Gestão Predial**  
Nessa rubrica estão contemplados os valores relacionados aos contratos de gestão predial firmados pela CPOS: Secretaria de Planejamento e Gestão - Edifícios CIDADE I, II, III e IV; Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo - EMTU/SP e Edifício Canadá; e, Casa Civil - Edifício Esplanada em Brasília/DF.

**8. Realizável a Longo Prazo - Outros Créditos**  
Esse grupo de contas contempla o valor a receber de R\$ 2.828 mil correspondente ao ressarcimento de pessoal cedido pela CPOS para outros Órgãos.

**9. Realizável a Longo Prazo - Clientes e Provisão para Perdas**  
Os valores a receber da conta "Clientes" se referem a créditos decorrentes de contratos em que a CPOS prestou serviços cujas cobranças não foram pagas ou foram pagas com atraso por nossos clientes. Esses créditos, em sua maioria, pendentes há mais de 15 anos, estão constituídos de:

- 9.1 - Principal vencido entre 1992 e 31 de dezembro de 2000, mais;
- 9.2 - Correção Monetária, do principal mencionado no item 9.1, calculada até 31 de dezembro de 2000, mais;
- 9.3 - Correção Monetária, calculada de 1992 até 31 de dezembro de 2000, de valores recebidos com atraso naquele período, mais;
- 9.4 - Principal vencido entre 1º de janeiro de 2001 e 31 de dezembro de 2015.

Essa conta "Clientes" contempla os valores a receber da Secretaria da Administração Penitenciária - SAP, no montante de R\$ 2.370 mil, considerando os parâmetros acima descritos.

A provisão para perdas no recebimento de créditos relativos à correção monetária por atraso no pagamento foi constituída considerando o disposto nos artigos 340, 341 e 342 do Regulamento do Imposto de Renda e motivada pelo não reconhecimento desses créditos pelas entidades do Governo Estadual no decorrer das reuniões do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 51.470 de 2 de janeiro de 2007, para realizar levantamento de haveres e dívidas da Administração Direta e Indireta.

**10. Realizável a Longo Prazo - Imóveis Destinados à Venda**  
Dos imóveis transferidos em 22 de dezembro de 2000, por meio de Instrumento Particular de Cessão de Direitos Pessoais e Reais da extinta Companhia Paulista de Ativos - CPA para a CPOS, a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC, o saldo remanescente é de R\$ 15.753 mil classificado em Imóveis Destinados à Venda. Desse montante R\$ 6.206 mil foram integralizados ao capital e R\$ 9.547 mil permanecem na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. A essa rubrica se aplica a NBC TG 31 (R3) - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada e NBC TG 01 (R3) - Redução ao valor recuperável de ativos.

Saldo em 31 de dezembro de 2015	Reserva de Capital	Capital Social	15.753
Imóvel - Av da Saudade Campinas .....		4.312	
Imóvel - Pe. Camargo Lacerda - Campinas .....		174	
Imóvel - Rua Lidgerwood - Campinas .....		846	
Imóvel - Av. Pres. Wilson - São Paulo .....		874	
Imóvel - Profª Zenita A. Nogueira - Bauru 2 .....	5.843		
Imóvel - Profª Zenita A. Nogueira - Bauru 1 .....	2.349		
Redução ao valor recuperável em 2011 .....	(395)		
Imóvel - Rio Claro .....	1.750		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016 .....</b>	<b>9.547</b>	<b>6.206</b>	<b>15.753</b>

**11. Investimento**  
O valor de R\$ 1.987 mil, na rubrica "Propriedade para Investimento", refere-se ao remanescente do imóvel de Cubatão, à qual foi aplicada a NBC TG 28 (R3) – Propriedade para Investimento.

O valor de R\$ 4.928 mil, consignado na rubrica "Outros Investimentos", refere-se a ações da Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.

**12. Imobilizado**

	Taxa anual de depreciação	2016	2015
Terrenos .....	-	11.167	11.167
Edificações .....	4%	2.854	2.854
Móveis, utensílios e equipamentos .....	10%	1.737	1.651
Instalações - escritório .....	10%	522	522
Veículos .....	20%	515	515
Computadores e periféricos .....	20%	5.867	4.151
Equipamentos Telefônicos .....	10%	151	151
		<b>22.813</b>	<b>21.011</b>
		<b>(7.776)</b>	<b>(7.012)</b>
		<b>15.037</b>	<b>13.999</b>

(-) Depreciação acumulada .....

**13. Intangível**  
Ao Ativo Intangível foi aplicado a NBC TG 4 (R3) - Ativo Intangível e o montante de R\$ 409 mil refere-se a software.

**14. Cauções e retenções contratuais**  
A diminuição dessa conta contempla a devolução de R\$ 1.473 mil, em 4 parcelas de R\$ 368 mil, correspondente ao depósito realizado em 13/03/2014, na conta corrente da CPOS, à título de garantia à participação na concorrência de alienação do imóvel da CPOS, com terreno de 28.980,53 m², localizado na Avenida da Saudade, em Campinas, cujo certame foi revogado em 15/04/2016.

**15. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**  
As Contingências foram aplicados os registros da NBC TG 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A CPOS é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista. A administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável e, os passivos contingentes avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos nas demonstrações contábeis.

**Risco de perda provável**

	2016	2015
Processos cíveis e tributários .....	6.394	8.827
Processos trabalhistas .....	2.207	1.226
<b>Provisão de Contingências .....</b>	<b>8.601</b>	<b>10.053</b>

**Risco de perda possível**

	2016	2015
Processos judiciais cíveis e tributários .....	93.379	82.906
Processo administrativo de natureza tributária .....	66.673	63.354
<b>Passivos Contingentes .....</b>	<b>160.052</b>	<b>146.260</b>

Nas contas de Veículos e Computadores e periféricos do Ativo Imobilizado (Nota 12) e Imóveis destinados a venda do Ativo Realizável a Longo Prazo (Nota 10) constam bens penhorados em processos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a CPOS é parte, no montante de R\$ 874 mil. Com base nas informações dos consultores jurídicos, os ativos contingentes que representam provável entrada de benefícios econômicos na Companhia são representados por quatro processos judiciais de natureza cível, no montante de R\$ 4.075 mil, que não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que poderão não ser realizados.

**16. Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social**  
Em 31 de dezembro de 2016, o prejuízo fiscal da Companhia está estimado em R\$ 58.921 mil (R\$ 45.649 mil em 2015) e a base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, também, em R\$ 58.921 mil (R\$ 45.649 mil em 2015).

**17. Capital Social**  
O capital social autorizado é de R\$ 249.656 mil, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. O capital social, subscrito e integralizado, no montante de R\$ 88.645 mil é representado por 22.333.330.314 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA	Nº DE AÇÕES	VALOR R\$	%
FAZENDA DO ESTADO .....	22.328.599.302	88.624.049,34	99,9761
PRODESP .....	4.731.000	21.221,69	0,0239
TESOURARIA .....	12	0,12	0,0000
<b>TOTAL .....</b>	<b>22.333.330.314</b>	<b>88.645.271,15</b>	<b>100,0000</b>

**18. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital**

Essa rubrica refere-se aos imóveis transferidos da extinta Companhia Paulista de Ativos - CPA, sendo que R\$ 9.547 mil deverão ser reavaliados no momento da venda ou da realização do aumento de capital, em observância ao disposto nos artigos 7º e 8º da Lei 6404/76 e eventuais diferenças em relação aos valores apontados implicarão redução ou aumento do valor do crédito contabilizado e os restantes R\$ 2.091 mil correspondem ao saldo de imóveis já reavaliados e vendidos.

**Saldo em 31 de dezembro de 2015 .....** **11.638**

Imóvel - Profª Zenita A. Nogueira - Bauru 2 .....	5.843
Imóvel - Profª Zenita A. Nogueira - Bauru 1 .....	2.349
Redução ao valor recuperável em 2011 .....	(395)
Imóvel - Rio Claro .....	1.750
Imóvel - São José do Rio Preto - Quitado .....	42
Ajuste pela reavaliação e venda em fevereiro/2015 .....	262
Imóvel - Campinas - Saldo Quitado .....	1.787
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016 .....</b>	<b>11.638</b>

**19. Ajuste de Avaliação Patrimonial**  
A depreciação relativa ao ajuste de avaliação patrimonial das edificações do imóvel Tangará, no montante de R\$ 56 mil, foi transferida da conta Ajustes de avaliação patrimonial para a conta de Lucros acumulados, como previsto na Interpretação Técnica ICPC 10.

O saldo de R\$ 10.024 mil refere-se ao saldo do imóvel de Cubatão na conta Ajustes de avaliação patrimonial - Propriedade para Investimento no valor de R\$ 1.948 mil e ao valor líquido do imóvel da Tangará na conta Ajustes de avaliação patrimonial - Ativo Imobilizado no valor de R\$ 8.076 mil.

**20. Despesas Administrativas e Gerais**

	2016	2015
Pessoal .....	12.180	12.891
Diretoria e Conselhos .....	1.992	2.144
Serviços de Terceiros .....	2.106	1.919
Publicação .....	160	169
Depreciação .....	930	650
Utilidades e Serviços .....	542	555
Materiais .....	455	449
Despesas Gerais .....	251	406
	<b>18.616</b>	<b>19.183</b>

**21. Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Companhia elabora a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC pelo método direto. Sendo assim, de forma a atender ao disposto na NBC TG 03 (R3), do Conselho Federal de Contabilidade, apresentamos, a seguir, a conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais.

Conciliação entre o resultado do exercício e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	R\$ mil
<b>Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL .....</b>	<b>-11.922</b>
Ajustes para conciliar o resultado com o valor do caixa líquido gerado (aplicado)	
Depreciação e Amortização .....	931
Resultado na venda (baixa) de ativos permanentes .....	-14.865
Variações nas contas dos ativos e passivos (operacionais)	
(Aumento) Redução em contas a receber .....	9.760
(Aumento) Redução nos estoques .....	-90
(Aumento) Redução nas despesas antecipadas .....	-12
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar .....	3.805
Aumento (Redução) na provisão para devedores duvidosos .....	0
Aumento (Redução) na provisão para férias .....	-771
Aumento (Redução) na provisão para contingências .....	-1.452
IRPJ e CSLL .....	0
<b>Total dos Ajustes .....</b>	<b>-2.694</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais .....</b>	<b>-14.616</b>

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS São Paulo - SP**

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS - CPOS (COMPANHIA), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a COMPANHIA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**  
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COMPANHIA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a COMPANHIA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da COMPANHIA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COMPANHIA.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a COMPANHIA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2017.

**MACIEL AUDITORES S/S**  
2CRC RS 5.460/O-0 - S - SP  
**ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO**  
1CRC RS - 65.932/O-7 - S - SP  
Sócia Responsável Técnica

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, aprovadas em Reunião de Diretoria em 8 de março de 2017, e, com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados

pela Administração, considerando, ainda, o Parecer sem ressalvas dos Auditores Independentes, Maciel Auditores S/S - EPP, datado de 8 de março de 2017, concluíram que os documentos acima, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, e, em condições de serem submetidos à deliberação do Conselho de Administração e dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 10 de março de 2017

**Benedicto Viviani**  
**Claudia Bice Romano**  
**Vivian Satiro**  
**Yukimi Nagata**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Marcos Antonio Monteiro</b> Presidente do Conselho
<b>Carlos Antonio Luque</b> <b>Gustavo Gonçalves Ungaro</b>
<b>Ivan Francisco Pereira Agostinho</b> <b>João Alberto Rodrigues dos Santos</b>
<b>Roberto Meizi Agune</b> <b>Sílvia Cristina Aranega Menezes</b>

**DIRETORIA**

<b>João Alberto Rodrigues dos Santos</b> Diretor-Presidente
<b>Estevam André Robles Juhas</b> Diretor Administrativo e Financeiro
<b>Valter de Souza Filho</b> Diretor de Engenharia
<b>Alexandre Artur Perroni</b> Diretor de Serviços

**CONSELHO FISCAL**

<b>Benedicto Viviani</b> <b>Claudia Bice Romano</b> <b>Vivian Satiro</b> <b>Yukimi Nagata</b>
<b>CONTADORA</b>
<b>Mônica Martins de Araujo</b> CRC nº 1SP163880/O-7

